
	Política	
Revisão: 00	Anticorrupção	
Data: 05/12/2024		

Sumário

1. OBJETIVO	1
2. CAMPO DE APLICAÇÃO	1
3. REFERÊNCIAS	1
4. ESCLARECIMENTOS E DEFINIÇÕES.....	2
5. DESCRIÇÃO	4
5.1. Diretrizes Gerais	4
5.2. Diretrizes Específicas.....	4
5.3. Denúncia	5
5.4. Comunicação e Treinamento.....	6
5.5. Violação da Política.....	6
6. REGISTROS.....	6
7. ANEXOS	6

1. OBJETIVO

Reafirmar o compromisso institucional, previsto no Código de Conduta Ética, em favor da promoção da integridade, transparência e ética corporativa, além de estabelecer diretrizes para prevenir e combater atos de corrupção, relacionados a agentes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e na legislação correlata, em especial as constantes no item 3 deste Política.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

A presente Política se aplica a todos os colaboradores, dirigentes e representantes designados, em qualquer nível hierárquico e no exercício de suas funções, assim como parceiros ou terceiro, nos termos do Código de Conduta Ética.

3. REFERÊNCIAS

- Regimento Interno do SENAI CETIQT.
- Código de Conduta Ética.
- Regimento Interno do Comitê de Ética.
- Ordem de Serviço Conjunta nº 17/2024, emitida pela CNI em 29/08/2024.
- Resolução CTC nº 10/2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm Acesso em: 25, nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.846, de 10 de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional estrangeira, dá outras providências. em:

SENAI CETIQT	Política	 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial PELO FUTURO DO TRABALHO
Revisão: 00	Anticorrupção	
Data: 05/12/2024		

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm Acesso em: 25,nov. 2024.

- BRASIL. Decreto nº 11.129, de julho de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.846, de 10 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11129.htm Acesso em: 25, nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 14.133, de 10 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm Acesso em: 25, nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, dá outras providências. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613compilado.htm Acesso em: 25, nov, 2024.

4. ESCLARECIMENTOS E DEFINIÇÕES

- 4.1. **Abuso de direito:** atuação de forma deliberada ou intencional, caracterizada pelo excesso de mandato, exercido pelo agente privado, para obter vantagens ou prejudicar terceiros ou ainda desviar a finalidade do ato praticado.
- 4.2. **Administração pública:** considera-se os conjuntos de órgãos e entidades jurídicas que exercem a função administrativa do Estado. Além dos órgãos da administração direta (União, Estados, Distrito Federal, Municípios e órgão que integram as estruturas destes entes), abrangem ainda a administração indireta (Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista).
- 4.3. **Administração Pública Estrangeira:** órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
- 4.4. **Agente público:** todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação contratação, ou por qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato cargo, emprego ou função da Administração Pública.
- 4.5. **Agente público estrangeiro:** todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.
- 4.6. **Agente privado:** pessoa jurídica ou física que atua no setor privado da economia, assim como as sociedades empresárias, as organizações sem fins lucrativos e os empreendedores individuais.
- 4.7. **Atos de corrupção:** são atos que resultam ou configuram corrupção, que podem incluir, mas não se limitam a: suborno ou pagamento de propina, fraude, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, concussão, concessões ou recebimento, direta ou indiretamente, de vantagens indevidas para si ou para terceiro, (financeiras ou não), assim como a ocultação ou dissimulação desses atos.

	Política	 <small>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial PELO FUTURO DO TRABALHO</small>
Revisão: 00	Anticorrupção	
Data: 05/12/2024		

- 4.8. Brinde:** item sem valor comercial, distribuído ou recebido, de forma generalizada, como cortesia, publicidade ou divulgação habitual.
- 4.9. Colaborador:** empregados (contrato de trabalho por prazo determinado ou indeterminado) e estagiários da entidade.
- 4.10. Código de Conduta Ética:** documento que contempla as principais orientações a respeito dos princípios éticos a serem observados nas atividades internas e nos relacionamentos com o público externo da entidade e órgãos abrangidos por esta Política.
- 4.11. Comitê de Ética:** tem competências estabelecidas em regimento próprio, responsável por zelar pela aplicação do Código de Conduta Ética institucional.
- 4.12. Conflito de interesses:** situação na qual o interesse pessoal, ainda que indiretamente, possa interferir na objetividade e qualidade de decisão a ser tomada em nome da entidade e órgãos abrangidos por esta Política.
- 4.13. Dirigentes:** membros que compõem o Conselho Técnico Consultivo e a Diretoria da entidade e órgãos abrangidos por esta Política.
- 4.14. Ética:** é o conjunto de valores morais, princípios e atitudes que norteiam a conduta humana em sociedade, tendo como ideal o bem comum,
- 4.15. Extorsão:** pode ser definida como busca de uma vantagem indevida, para si ou *outrem*, mediante o uso de violência ou coerção.
- 4.16. Fraude:** ato ilícito intencional que envolve engano, artifício ou qualquer outro meio fraudulento para obter vantagem ilícita em prejuízo de *outrem*.
- 4.17. Hospitalidades:** serviços, despesas ou atividades de entretenimento, concedidos na relação entre agentes privados e/ou privados e públicos no interesse institucional da organização em que atua.
- 4.18. Integridade:** agir com retidão, ética, imparcialidade, de acordo com as normas internas e leis vigentes.
- 4.19. Lavagem de dinheiro:** ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de conhecida infração penal.
- 4.20. Pagamentos de facilitação:** valores não oficiais solicitados para possibilitar tratamento preferencial, assegurar ou acelerar determinado processo por um Agente Público ou uma ação privada entre particulares.
- 4.21. Parceiros:** parte externa com a qual a organização possui, ou planeja estabelecer, alguma forma de relacionamento, a saber: a indústria, os sindicatos, os fornecedores, as instituições parceiras, o poder público, a imprensa, os conveniados e a sociedade em geral.
- 4.22. Presente:** bem ou serviço destinado a uso ou consumo individual ou coletivo, dotado de valor comercial.
- 4.23. Públicos de interesse:** público interno da entidade e órgãos abrangidos por esta Política, e público externo (Indústria e seus trabalhadores, sindicatos, laboratoriais, instituições parceiras,

	Política	 <small>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial PELO FUTURO DO TRABALHO</small>
Revisão: 00	Anticorrupção	
Data: 05/12/2024		

fornecedores, prestadores de serviço, imprensa, mídias sociais, poder público e organizações da sociedade civil nacionais e internacionais).

- 4.24. Representante designado:** pessoa física indicada para representar a entidade perante organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, integrantes ou não do Sistema Indústria.
- 4.25. Suborno:** oferta, promessa, doação, aceitação, exigência, cobrança, obtenção ou solicitação de uma vantagem indevida (pecuniária ou não), direta ou indiretamente, em violação às leis aplicáveis, como um incentivo ou recompensa para uma pessoa que está agindo ou deixando de agir em relação às leis aplicáveis, como um incentivo ou recompensa para uma pessoa que está agindo ou deixando de agir em relação às suas obrigações ou esfera de competência.
- 4.26. Terceiros:** toda pessoa física ou jurídica que venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a entidade seja na condição de prestadora de serviços, conveniada, fornecedora, consultora, parceira de negócios, cessionária, independentemente de contrato formal vigente.
- 4.27. Vantagem indevida:** benefício ou privilégio injusto, ilícito ou indevido, com a intenção de receber, solicitar ou trocar favores, para si ou para terceiros.

5. DESCRIÇÃO

Todos os procedimentos e normativos relacionados à matéria anticorrupção publicados após a vigência desta Política, deverão guardar conformidade com as diretrizes deste instrumento, com a necessária remissão normativa.

Compete à Gerência Jurídica e de Compliance e Integridade - GJURC, dirimir dúvidas sobre a aplicação desta Política.

5.1. Diretrizes Gerais

- 5.1.1.** A entidade não compactua e repudia qualquer forma de corrupção, fraude, suborno, oferecimento ou recebimento de pagamento de facilitação ou vantagem indevida.
- 5.1.2.** Todo relacionamento com o público de interesse deve ser pautado na observância à legislação vigente, às diretrizes do Código de Conduta Ética, aos normativos institucionais e ao Programa de Compliance e Integridade.
- 5.1.3.** Qualquer situação que possa caracterizar violação a esta Política, especialmente por conduta de alguém que atue em nome ou no interesse da entidade não será tolerada.

5.2. Diretrizes Específicas



- 5.2.1.** A entidade repudia a prática de qualquer conduta que constitua ou resulte em ato lesivo ao patrimônio destes e suas respectivas diretrizes éticas, sendo vedado:
- 5.2.2.** prometer, oferecer, dar, exigir, solicitar ou receber, direta ou indiretamente vantagem indevida;
- 5.2.3.** financiar, custear, patrocinar ou, de qualquer modo, subvencionar a prática de atos ilícitos;

SENAI CETIQT	Política	
Revisão: 00	Anticorrupção	
Data: 05/12/2024		

- 5.2.4. utilizar-se de pessoa física ou jurídica para facilitar, ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- 5.2.5. doar a partidos políticos ou a candidatos a cargos eletivos;
- 5.2.6. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do processo se seleção, com ou sem disputa.
- 5.2.7. No tocante ao relacionamento com a Administração Pública, deve-se observar os termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, dos quais destacam-se as seguintes vedações, sem prejuízo das demais:
- 5.2.8. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório;
- 5.2.9. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 5.2.10. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude, facilitação ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- 5.2.11. fraudar licitação, contratação e/ou alienação;
- 5.2.12. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação, contratação e/ou alienação;
- 5.2.13. obter vantagem ou benefício, de modo fraudulento de celebrações, modificações ou prorrogações de instrumentos jurídicos, a exemplo de contratos, convênios e acordos de cooperação técnica;
- 5.2.14. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados.
- 5.2.15. A entidade se reserva o direito de não contratar ou formalizar negócios com terceiros após a identificação, por suas instâncias responsáveis, de riscos significativos, especialmente aqueles relacionados à violação das disposições contidas nesta Política Anticorrupção, no Código de Conduta Ética e/ou demais normas internas relacionadas a matéria.

5.3. Denúncia

- 5.3.1. Os colaboradores, dirigentes, e os representantes designados, em qualquer nível hierárquico, têm o compromisso de relatar todo e qualquer ato ou omissão que possa vir a configurar transgressão à presente Política, ao Programa de Compliance e Integridade, às diretrizes previstas no Código de Conduta Ética e à legislação vigente.
- 5.3.2. A denúncia realizada nos canais manifestação disponibilizados pela entidade relativa a qualquer violação deste instrumento, será objeto de apuração conduzida pelas instâncias competentes, observada a ampla defesa e o contraditório.
- 5.3.3. A denúncia, comprovadamente, de má-fé sujeitará o responsável às disposições previstas no Código de Conduta Ética vigente à época dos fatos, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal aplicáveis.

	Política	
Revisão: 00	Anticorrupção	
Data: 05/12/2024		

5.4. Comunicação e Treinamento

5.4.1. A entidade se compromete a manter plano de comunicação e treinamento com o intuito de divulgar e disseminar as diretrizes do Programa de Compliance e Integridade, do Código de Conduta Ética e de suas respectivas Políticas.

5.5. Violação da Política

5.5.1. A violação de qualquer das disposições desta Política sujeitará o responsável às medidas estabelecidas no Código de Conduta Ética, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal aplicáveis.

6. REGISTROS

Não aplicável.

7. ANEXOS

Não aplicável.

Protocolo de assinaturas

Documento

Nome do envelope: PL_Anticorrupção_Rev00

Autor: Ana Carolina Mota Ferreira - acmferreira@cetiqt.senai.br

Status: Finalizado

HASH TOTVS: 40-10-44-8D-28-41-67-11-30-38-A1-FF-CA-97-85-49-59-8B-B5-D2

SHA256: c18977ae878305584cb7d85cce32dbb13c3ef257c850a6d9f24a0e1dc12bc6ef

Assinaturas

Nome: Sergio Luiz Souza Motta -**CPF/CNPJ:** 347.240.365-91 - **Cargo:** Diretor Executivo

E-mail: sergiomotta@cetiqt.senai.br - **Data:** 06/12/2024 15:51:35

Status: Assinado eletronicamente

Tipo de Autenticação: Utilizando login e senha, pessoal e intransferível

Visualizado em: 06/12/2024 15:51:27 - **Leitura completa em:** 06/12/2024 15:51:34

IP: 177.47.105.2

Geolocalização: -22.919, -43.0883

Autenticidade

Para verificar a autenticidade do documento, escaneie o QR Code ou acesse o link abaixo:

<https://totvssign.totvs.app/webapptotvssign/#/verify/search?codigo=40-10-44-8D-28-41-67-11-30-38-A1-FF-CA-97-85-49-59-8B-B5-D2>

HASH TOTVS: 40-10-44-8D-28-41-67-11-30-38-A1-FF-CA-97-85-49-59-8B-B5-D2

